



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



# CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 127/2013 – UFPA

## ADMINISTRADOR

17 de novembro de 2013

Nome: \_\_\_\_\_ N.º de Inscrição: \_\_\_\_\_

### BOLETIM DE QUESTÕES

#### LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, 5 de Noções de Informática e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 Não dobre, não amasse, não rasure nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Também não faça qualquer registro fora dos locais destinados às respostas. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenham falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento considerado na avaliação das questões objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito de correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após às 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova, desde que tenha, previamente, solicitado esse tempo adicional ao CEPS.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



**MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 01 a 50.**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA DO STF**

01 O julgamento do processo do chamado *mensalão* constitui o maior evento midiático do sistema  
02 judiciário brasileiro, sendo acompanhado em tempo real por milhões de brasileiros através dos diferentes meios  
03 de comunicação. A natureza e escala do escândalo, envolvendo influentes políticos do PT-Partido dos  
04 Trabalhadores, já são suficientes para despertar uma enorme atenção da sociedade; mas é amplificado pela  
05 proliferação exponencial dos múltiplos e ágeis instrumentos de informação, tanto das empresas formais de  
06 jornalismo quanto, principalmente, da rede social formada pela internet com seus sites, blogs, facebook, e  
07 twitters.

08 Ninguém escapa deste olhar penetrante do *big brother* no qual todos observam e são, ao mesmo tempo,  
09 observados. Diante de um microfone e de uma câmera de vídeo com imagens capturadas pelo *youtube* e  
10 propagadas pelas redes sociais, torna-se difícil a qualquer pessoa conservar a naturalidade e a espontaneidade,  
11 mesmo para um homem público preparado e treinado na disciplina de análise e decisões jurídicas. Quando o  
12 ministro relator do STF, Joaquim Barbosa, está lendo seu voto, sabe da responsabilidade da repercussão das  
13 suas palavras e da sua decisão, diante da atenção vigilante de milhões de brasileiros, diretamente ou através da  
14 imprensa; seu pronunciamento e o voto de todos os ministros estão formando a opinião na sociedade, não só  
15 em relação ao caso concreto do mensalão como também dos princípios jurídicos e dos valores que envolvem o  
16 crime de corrupção política. Esta responsabilidade deve dominar o pensamento e os movimentos dos ministros  
17 do STF.

18 Mas esta hiper-exposição midiática do STF define também a imagem pública dos seus ministros e da  
19 própria Corte, analisados e julgados pela população, especialmente os segmentos mais informados da  
20 sociedade brasileira. As torcidas – organizadas ou espontâneas – gritam, esperneiam, vão ou aplaudem  
21 como num grande estádio de futebol virtual recorrendo a milhões de mensagens nas redes sociais. Mas, qual a  
22 influência da opinião pública sobre o STF? E até que ponto os ministros da Alta Corte refletem no seu voto o  
23 sentimento dominante da sociedade? Para os simpatizantes dos réus, a transmissão ao vivo e a cores do  
24 julgamento e dos votos dos ministros distorce a sua decisão, induzindo à condenação dos líderes do PT. Tese  
25 estranha para quem se apresenta como democrata e transparente, principalmente porque evidencia uma  
26 percepção não declarada dos petistas de que a opinião pública está convencida dos crimes cometidos pelos  
27 dirigentes do PT e, por isso, pede a sua condenação. Desta forma, se o julgamento fosse político caberia ao  
28 STF acompanhar a vontade popular e, independente de provas e confirmações dos autos, atender ao desejo da  
29 sociedade expresso através dos meios de comunicação.

30 Mas não, o julgamento não é político, embora envolva políticos. O julgamento do STF não pode ser  
31 político e não pode expressar o desejo da sociedade e, pelo que tem demonstrado, mesmo com toda exposição  
32 midiática e “pressão social”, a fundamentação dos votos dos ministros evidencia serenidade e rigor técnico e  
33 jurídico. O STF é uma instituição fundamental do sistema democrático, mas a sua análise e o seu julgamento  
34 não podem ser uma expressão de uma imprecisa e efêmera vontade coletiva sempre carregada de emoção  
35 política. Mesmo que não tenham como se isolar do mundo real e das emoções políticas, o STF não pode ser  
36 permeável ao jogo dos interesses e das legítimas pressões e manifestações da sociedade, o que exige uma  
37 grande proteção institucional e disciplina intelectual.

38 Em todo caso, a ampla cobertura da imprensa e das redes sociais é inevitável no mundo dos bits e  
39 bytes da revolução da comunicação; mais do que isso, a exposição é desejável porque a população tem o  
40 direito de acompanhar o julgamento, saber o que os ministros estão pensando e quais os fundamentos das suas  
41 escolhas, tem o direito de opinar sobre os mesmos, criticar, aplaudir ou apoiar as decisões, mesmo com suas  
42 diferenças políticas e ideológicas.

43 Diferentemente dos parlamentares, homens públicos políticos, os juizes do STF não têm que prestar  
44 contas à população das suas decisões, resultado de análise e solitária reflexão sobre os processos,  
45 documentos, provas e testemunhos. Os membros do STF não devem nem precisam receber o aplauso da  
46 maioria da população porque não são representantes diretos da sociedade, são funcionários do Estado com a  
47 missão de defesa da Constituição e de julgamento de processos com fórum privilegiado. Os ministros do STF  
48 compõem o órgão superior do Estado brasileiro, todos no auge das suas carreiras em cargos vitalícios (até a  
49 aposentadoria compulsória) e, portanto, não precisam agradar à população quando analisam e decidem.  
50 Paradoxalmente, o papel do STF no sistema democrático republicano consiste, precisamente, em se distanciar  
51 e diferenciar das manifestações e das aspirações imediatas da opinião pública.

52 Os ministros do STF são nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado para o  
53 exercício do controle jurídico do Estado; na sua composição atual, sete dos dez juizes que compõem a  
54 Suprema Corte, incluindo o relator do processo Joaquim Barbosa, foram indicados e nomeados pelo Presidente  
55 Luís Inácio Lula da Silva ou pela Presidente Dilma Rousseff. De modo que, se alguma lealdade política pudesse  
56 influenciar nos seus votos seria, provavelmente, com os governantes que os promoveram à alta magistratura



ADMINISTRADOR

57 brasileira, e não com uma eventual pressão dos meios de comunicação de massa ou da opinião pública.  
58 Felizmente, para o bem da república e da democracia brasileira, parece evidente que o STF não está  
59 influenciado por lealdades e pressões políticas, julgando o caso do mensalão com a serenidade e a isenção  
60 política que cabe ao Estado e à mais alta corte de justiça do país.

**Sérgio C. Buarque.**

*Revista Será?* [www.revistasera.info](http://www.revistasera.info).

**1** Sobre o conteúdo do texto, é correto afirmar que o autor

- (A) critica a influência que os ministros do STF exercem sobre a sociedade brasileira.
- (B) denuncia o jogo de interesses que interfere no julgamento do processo do mensalão.
- (C) apoia a torcida da sociedade brasileira pela condenação dos envolvidos no caso do mensalão.
- (D) defende a isenção política dos ministros do STF no exercício do controle jurídico do Estado brasileiro.
- (E) condena a exposição midiática do STF no julgamento sobre o crime de corrupção política no Brasil.

**2** Em relação ao trecho

“Paradoxalmente, o papel do STF no sistema democrático republicano consiste, precisamente, em se distanciar e diferenciar das manifestações e das aspirações imediatas da opinião pública.” (linhas 50 e 51), entende-se que o paradoxo que caracteriza o papel do STF consiste no fato de essa instituição manter-se distanciada dos apelos da opinião pública, embora seja uma instituição

- (A) política.
- (B) formadora da opinião pública.
- (C) defensora da Constituição brasileira.
- (D) fundamental ao sistema democrático.
- (E) composta por funcionários do Estado.

**3** Segundo o texto, é correto afirmar que a exposição midiática a que está sujeito o STF é uma forma de a sociedade brasileira

- (A) cobrar o apoio dos ministros da Alta Corte aos governantes do país.
- (B) estar ciente dos fundamentos que sustentam as decisões jurídicas.
- (C) fazer chegar aos ministros da Alta Corte os seus anseios por justiça.
- (D) apostar no rigor técnico e jurídico dos votos dos ministros da Alta Corte.
- (E) pressionar os ministros da Alta Corte a não cederem a pressões e a lealdades políticas.

**4** No trecho

“Tese estranha para quem se apresenta como democrata e transparente, principalmente porque evidencia uma percepção não declarada dos petistas de que a opinião pública está convencida dos crimes cometidos pelos dirigentes do PT e, por isso, pede a sua condenação.” (linhas 24 a 27),

no que se refere ao argumento dos petistas contrário à transmissão do julgamento do mensalão, o autor expressa sua

- (A) recusa.
- (B) indignação.
- (C) indiferença.
- (D) intolerância.
- (E) incompreensão.



ADMINISTRADOR

**5** No enunciado “Mas não, o julgamento não é político, embora envolva políticos.” (linha 30),

a relação concessiva entre os argumentos refuta o caráter político do julgamento do mensalão. Considerando-se a organização sintático-semântica do enunciado em destaque, uma outra construção equivalente a essa seria:

- (A) Mas não, o julgamento não é político, mas envolve políticos.
- (B) Mas não, o julgamento não é político, todavia envolve políticos.
- (C) Mas não, o julgamento não é político, contudo envolve políticos.
- (D) Mas não, o julgamento não é político, entretanto envolve políticos.
- (E) Mas não, o julgamento não é político, apesar de envolver políticos.

**6** A alternativa em que o autor utiliza um advérbio modal que destaca o argumento expresso no texto é:

- (A) “Mas esta hiper-exposição midiática do STF define também a imagem pública dos seus ministros e da própria Corte, analisados e julgados pela população, especialmente os segmentos mais informados da sociedade brasileira.” (linhas 18 a 20).
- (B) “Tese estranha para quem se apresenta como democrata e transparente, principalmente porque evidencia uma percepção não declarada dos petistas de que a opinião pública está convencida dos crimes cometidos pelos dirigentes do PT e, por isso, pede a sua condenação.” (linhas 24 a 27).
- (C) “Desta forma, se o julgamento fosse político caberia ao STF acompanhar a vontade popular e, independente de provas e confirmações dos autos, atender ao desejo da sociedade expresso através dos meios de comunicação.” (linhas 27 a 29)
- (D) “Diferentemente dos parlamentares, homens públicos políticos, os juízes do STF não têm que prestar contas à população das suas decisões, resultado de análise e solitária reflexão sobre os processos, documentos, provas e testemunhos.” (linhas 43 a 45).
- (E) “De modo que, se alguma lealdade política pudesse influenciar nos seus votos seria, provavelmente, com os governantes que os promoveram à alta magistratura brasileira, e não com uma eventual pressão dos meios de comunicação de massa ou da opinião pública.” (linhas 55 a 57).

**7** O trecho em que autor do texto se vale de uma locução verbal para reforçar a relevância de seu argumento é:

- (A) “O julgamento do processo do chamado *mensalão* constitui o maior evento midiático do sistema judiciário brasileiro, sendo acompanhado em tempo real por milhões de brasileiros através dos diferentes meios de comunicação.” (linhas 01 a 03).
- (B) “Quando o ministro relator do STF, Joaquim Barbosa, está lendo seu voto, sabe da responsabilidade da repercussão das suas palavras e da sua decisão, diante da atenção vigilante de milhões de brasileiros, diretamente ou através da imprensa;” (linhas 12 a 14).
- (C) “Esta responsabilidade deve dominar o pensamento e os movimentos dos ministros do STF.” (linhas 16 e 17).
- (D) “Tese estranha para quem se apresenta como democrata e transparente, principalmente porque evidencia uma percepção não declarada dos petistas de que a opinião pública está convencida dos crimes cometidos pelos dirigentes do PT e, por isso, pede a sua condenação.” (linhas 24 a 27).
- (E) “Os ministros do STF são nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado para o exercício do controle jurídico do Estado; na sua composição atual, sete dos dez juízes que compõem a Suprema Corte, incluindo o relator do processo Joaquim Barbosa, foram indicados e nomeados pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva ou pela Presidente Dilma Rousseff.” (linhas 52 a 55).



ADMINISTRADOR

**8** O trecho em que o autor se vale de uma oração subordinada reduzida de gerúndio para especificar um termo da oração principal é:

- (A) “O julgamento do processo do chamado *mensalão* constitui o maior evento midiático do sistema judiciário brasileiro, sendo acompanhado em tempo real por milhões de brasileiros através dos diferentes meios de comunicação.” (linhas 01 a 03).
- (B) “A natureza e escala do escândalo, envolvendo influentes políticos do PT-Partido dos Trabalhadores, já são suficientes para despertar uma enorme atenção da sociedade;” (linhas 03 e 04).
- (C) “Quando o ministro relator do STF, Joaquim Barbosa, está lendo seu voto, sabe da responsabilidade da repercussão das suas palavras e da sua decisão, diante da atenção vigilante de milhões de brasileiros, diretamente ou através da imprensa;” (linhas 12 a 14).
- (D) “As torcidas – organizadas ou espontâneas – gritam, esperneiam, vão ou aplaudem como num grande estádio de futebol virtual recorrendo a milhões de mensagens nas redes sociais.” (linhas 20 e 21).
- (E) “Felizmente, para o bem da república e da democracia brasileira, parece evidente que o STF não está influenciado por lealdades e pressões políticas, julgando o caso do mensalão com a serenidade e a isenção política que cabe ao Estado e à mais alta corte de justiça do país.” (linhas 58 a 60)

**9** No trecho

“Mesmo que não tenham como se isolar do mundo real e das emoções políticas, o STF **não pode ser permeável ao jogo dos interesses e das legítimas pressões e manifestações da sociedade**, o que exige uma grande proteção institucional e disciplina intelectual.” (linhas 35 a 37), a oração em destaque denota que o STF não deve

- (A) ignorar o jogo dos interesses e das legítimas manifestações da sociedade.
- (B) conhecer o jogo dos interesses e das legítimas manifestações da sociedade.
- (C) considerar o jogo dos interesses e das legítimas manifestações da sociedade.
- (D) eximir-se do jogo dos interesses e das legítimas manifestações da sociedade.
- (E) negligenciar o jogo dos interesses e das legítimas manifestações da sociedade.

**10** O trecho em que a oração em destaque impõe uma restrição ao sentido de um termo da oração antecedente é:

- (A) “O julgamento do processo do chamado *mensalão* constitui o maior evento midiático do sistema judiciário brasileiro, **sendo acompanhado em tempo real por milhões de brasileiros através dos diferentes meios de comunicação**.” (linhas 016 a 03).
- (B) “Tese estranha para quem se apresenta como democrata e transparente, principalmente porque evidencia uma percepção não declarada dos petistas **de que a opinião pública está convencida dos crimes cometidos pelos dirigentes do PT e, por isso, pede a sua condenação**.” (linhas 24 a 27).
- (C) “Os membros do STF não devem nem precisam receber o aplauso da maioria da população **porque não são representantes diretos da sociedade**, são funcionários do Estado com a missão de defesa da Constituição e de julgamento de processos com fórum privilegiado.” (linhas 45 a 47).
- (D) “Os ministros do STF compõem o órgão superior do Estado brasileiro, todos no auge das suas carreiras em cargos vitalícios (até a aposentadoria compulsória) e, portanto, não precisam agradecer à população **quando analisam e decidem**.” (linhas 47 a 49).
- (E) “De modo que, se alguma lealdade política pudesse influenciar nos seus votos seria, provavelmente, com os governantes **que os promoveram à alta magistratura brasileira**, e não com uma eventual pressão dos meios de comunicação de massa ou da opinião pública.” (linhas 55 a 57).



## LEGISLAÇÃO

- 11** Considere os itens abaixo, cujas afirmativas tratam da remuneração dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, prevista na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005:
- I A remuneração dos integrantes do Plano de Carreira será sob a forma de subsídio, constituído por parcela única, que exclui a possibilidade de percepção de vantagens pecuniárias variáveis.
  - II A remuneração será composta do vencimento básico, correspondente ao valor estabelecido para o padrão de vencimento do nível de classificação e nível de capacitação ocupado pelo servidor, ao qual serão acrescidos os incentivos e vantagens pecuniárias previstos na lei.
  - III O Incentivo à Qualificação do servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo em que é titular, será incorporado aos proventos de aposentadoria e pensão, ainda que os certificados tenham sido obtidos após a aposentadoria ou a instituição da pensão.
  - IV Sobre os vencimentos básicos dos integrantes do Plano de Carreira, incidirão os reajustes concedidos a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Apenas uma das alternativas reúne os itens constituídos por afirmativas corretas. Marque essa alternativa:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

- 12** Acerca do disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue as afirmativas dos itens abaixo:

- I Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional devem ser criadas Comissões Permanentes de Processo Administrativo Disciplinar, com a função específica de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, que poderão, motivadamente, aplicar penalidades desde a censura até a suspensão de 30 dias ao servidor faltoso.
- II Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética para apuração de fato ou ato que se apresente contrário à ética terá o rito sumário, com todos os direitos relativos à ampla defesa e ao contraditório, devendo ser instaurado mediante provocação do interessado ou de ofício pela Administração.
- III O dever fundamental de respeito à hierarquia por parte do servidor público o impede que se insurja às ordens dos superiores hierárquicos, ainda que manifestamente aéticas, não sendo responsabilizado, nessas hipóteses, pela omissão de denúncia decorrente das ações supostamente ilegais ou imorais que tiver conhecimento.
- IV Em nenhuma hipótese poderá o servidor público retirar da repartição pública qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público, agravando-se essa conduta se essa ação visar favorecimento para si, para familiares ou para qualquer pessoa de seu relacionamento pessoal.

Sobre as afirmativas, é correto afirmar:

- (A) Todas estão erradas.
- (B) Todas estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas
- (D) II, III e IV estão corretas
- (E) I, II e IV estão corretas



ADMINISTRADOR

**13** No tocante aos órgãos de administração da UFPA, considere os seguintes itens:

- I Os Conselhos Superiores, a Reitoria, a Vice-Reitoria, as Pró-Reitorias, a Prefeitura e a Procuradoria Geral são órgãos de administração superior da UFPA.
- II A Reitoria será exercida pelo Reitor e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor. Na hipótese de vacância simultânea desses cargos, assumirá a Reitoria o decano do Conselho Universitário – CONSUN.
- III Os Pró-Reitores serão nomeados pelo Reitor, dentre os servidores em exercício, e serão demissíveis *ad nutum*; os Pró-Reitores das áreas-fins da UFPA – Ensino, Pesquisa e Extensão – serão nomeados pelo Reitor dentre os docentes de qualquer classe da carreira do magistério.
- IV Os Institutos são unidades acadêmicas de formação profissional em graduação e pós-graduação, em determinada área do conhecimento, de caráter interdisciplinar, gozando de autonomia acadêmica, administrativa e financeira.

Marque a alternativa que reúne os itens cujas afirmativas são rigorosamente corretas:

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

**14** Em se tratando da Lei nº 8.112 de 1990, analise os itens a seguir:

- I A jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do quadro permanente da Universidade Federal do Pará (UFPA) é de 40 (quarenta) horas semanais, salvo quando houver legislação que estabeleça jornada diversa em virtude de especificação do cargo.
- II Provimento derivado é o que depende de um vínculo anterior do servidor com a Administração, que se deu por concurso público. Como exemplos, a reintegração e a promoção.
- III A exoneração de cargo efetivo dar-se-á estritamente de ofício, constituindo-se uma das modalidades de penalidades disciplinares.
- IV Provimento efetivo é o que se faz em cargo público, mediante nomeação por concurso público, assegurando ao servidor, após dois anos de exercício, o direito de vitaliciedade no serviço público.

Marque a alternativa que reúne os itens cujas afirmativas são corretas:

- (A) Somente I e III.
- (B) Somente I, II e IV.
- (C) Somente I, II e III.
- (D) Somente I e II.
- (E) Somente I e IV.

**15** Julgue as assertivas com relação aos comandos da Lei nº 8.112/1990:

- I O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual ou menor período que o anterior, justificadamente.
- II O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.
- III A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, só ocorrendo nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- IV O servidor apresentará, no ato da posse, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo efetivo, eximindo-se desse dever na hipótese de ocupação de emprego público ou de função pública.

Dentre as alternativas abaixo, apenas uma reúne os itens cujas assertivas são corretas. Marque-a:

- (A) Somente II e III.
- (B) Somente I, III e IV.
- (C) Somente I, II e III.
- (D) Somente I, II e IV.
- (E) Somente III e IV.



ADMINISTRADOR

**16** Com relação aos direitos e às vantagens do servidor ocupante de cargo público, julgue as afirmativas dos itens abaixo, em conformidade com a Lei 8.112/90:

- I O vencimento, que é fixado em decreto governamental, não poderá ser inferior ao salário mínimo e será irredutível.
- II Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.
- III O vencimento, a remuneração e o provento de aposentadoria não serão, em nenhuma hipótese, objeto de sequestro, arresto ou penhora.
- IV As indenizações, percebidas como vantagens pecuniárias pelo servidor a título de ajuda de custo, diárias e transporte, não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

Marque a alternativa que reúne os itens cujas afirmativas estão corretas:

- (A) Somente I e III.
- (B) Somente II e III.
- (C) Somente II, III e IV.
- (D) Somente II e IV.
- (E) Somente III e IV.

**17** No que diz respeito às Responsabilidades do Servidor Público, é correto afirmar:

- (A) O servidor pode ser responsabilizado concomitantemente nas esferas civil, administrativa e penal, porém, a condenação penal ficará suspensa até o desfecho da decisão final administrativa.
- (B) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (C) Para a apuração da responsabilidade civil do servidor não se torna necessária a averiguação de culpa ou dolo, sendo suficiente o resultado danoso ao patrimônio público ou de terceiros.
- (D) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, não alcançando os valores relativos à herança recebida.
- (E) A responsabilidade administrativa do servidor deverá ser afastada no caso de absolvição criminal por falta de provas suficientes para demonstrar a prática do crime, anulando-se o processo disciplinar.

**18** Acerca do processo administrativo disciplinar, considere os itens seguintes:

- I A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público poderá promover a sua apuração imediata, desde que tenha presenciado a falta cometida pelo servidor.
- II A Sindicância, como peça informativa da instrução, obrigatoriamente deve resultar na instauração de processo disciplinar, assegurando-se, em todas as fases, a ampla defesa e o contraditório.
- III Sempre que o ilícito praticado resultar na aplicação de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- IV Os prazos para conclusão da sindicância e do processo disciplinar não excederão de 30 (trinta) dias e de 60 (sessenta) dias, respectivamente, admitida a prorrogação por igual período.

São corretos os itens expressos pela alternativa:

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



- 19** Quanto às penalidades disciplinares, é correto afirmar:
- (A) São penalidades disciplinares a multa, a advertência, a suspensão, a demissão e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - (B) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 5 (cinco) anos, surtindo efeitos retroativos financeiros para o servidor.
  - (C) Entende-se por abandono de cargo a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
  - (D) A ação disciplinar prescreverá em cinco anos quanto às infrações puníveis com demissão, suspensão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - (E) O servidor aposentado poderá ter sua aposentadoria cassada se houver praticado, durante sua vida ativa no serviço público, falta punível com a demissão.
- 20** No que tange ao processo administrativo disciplinar, está em coerência com o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:
- (A) O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto no prazo de 5 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, desde que, nesse período se apresentarem fatos novos ou circunstâncias que justifiquem a inocência do servidor faltoso.
  - (B) O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência ou a inadequação da pena imposta.
  - (C) Na hipótese de falecimento do servidor, a revisão do processo administrativo disciplinar será requerida pelo curador nomeado para atuar naquele específico processo.
  - (D) Julgado procedente o pedido de revisão, a autoridade competente providenciará a constituição de nova comissão de processo administrativo disciplinar que terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão.
  - (E) Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, podendo resultar agravamento, se for considerada inadequada a pena anteriormente imposta ao servidor faltoso.

### **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

- 21** Apenas uma das alternativas abaixo designa a arquitetura de computador que utiliza memórias físicas separadas (isto é, memória para programas e outra para dados). Que alternativa é essa?
- (A) Von Neumann
  - (B) Harvard
  - (C) Tesla
  - (D) PC
  - (E) Desktop
- 22** Em relação ao sistema operacional Windows XP, qual dos atalhos do teclado exclui definitivamente um arquivo?
- (A) Ctrl + Seta para baixo
  - (B) Ctrl + Seta para cima
  - (C) Alt + Enter
  - (D) Shift + Delete
  - (E) Ctrl + Esc
- 23** Utilizando a ferramenta de desenho de círculos/elipses no programa Paint, qual das teclas deve ser pressionada para desenhar círculo, não elipse?
- (A) Ctrl
  - (B) Insert
  - (C) Delete
  - (D) Scroll Lock
  - (E) Shift



- 24** Em relação ao *software* Excel, qual das opções abaixo insere a data do sistema na célula ativa?
- (A) Ctrl + Ponto e vírgula  
(B) Ctrl + Shift + Dois pontos  
(C) Ctrl + Vírgula  
(D) Shift + Barra normal  
(E) Shift + Home
- 25** Em uma rede de computadores, que protocolo da camada de transporte deve ser usado para garantir a entrega de pacotes?
- (A) TFTP  
(B) SNMP  
(C) RPC  
(D) UDP  
(E) TCP

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 26** “A Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011, começou a vigorar no Brasil a partir de 16 de maio de 2012. Com a Lei em vigor, o cidadão poderá ter acesso a documentos e informações que estejam sob a guarda de órgãos públicos, em todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).”  
(Trecho adaptado da Notícia “**Lei de Acesso à Informação entra em vigor hoje**”, disponível no site: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacao.gov/noticias/0092012.asp>, em 20.09.2013).

Considerando as diretrizes da Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527/2011), pode-se afirmar corretamente que:

- I Os órgãos públicos devem divulgar as informações de interesse público apenas quando receberem solicitações.  
II A Lei de Acesso à Informação desenvolve o controle social da administração pública.  
III As diretrizes da Lei apontam a observância da publicidade e o sigilo como preceito geral.

Está (ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) Apenas a I e a II.  
(B) Apenas a II e a III.  
(C) Apenas a III.  
(D) Apenas a II.  
(E) I, II e a III.

- 27** Considerando a temática “Direitos do Cidadão e Deveres do Servidor Público Federal”, assinale a opção correta.
- (A) O servidor público federal tem o dever de ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo positivamente em todo o sistema.  
(B) O servidor público da esfera federal deve ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços privados.  
(C) O usuário do serviço público tem o direito de ser tratado com cordialidade, urbanidade, atenção, com respeito as suas capacidades e limitações, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social.  
(D) Todo servidor público federal deve exercer suas atribuições com bom senso, rapidez, perfeição e rendimento médio, pondo fim ou procurando encaminhar o problema proveniente de situações procrastinatórias, principalmente diante de brigas, filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de não evitar dano moral ao usuário.  
(E) É dever de todo servidor público federal comunicar após três meses do acontecimento realizado a seus superiores todo e qualquer ato ou fato não adverso ao interesse privado e público.



ADMINISTRADOR

**28** Fernanda é servidora de um determinado órgão público da área de educação. Atualmente exerce o cargo de Administrador com lotação na Gerência de Comunicação e Protocolo. A servidora, ao participar de uma reunião de avaliação das atividades exercidas pelo setor, constatou que os usuários do serviço frequentemente reclamam do atendimento público prestado. Após estudos e análise da situação, Fernanda e os demais servidores do setor decidiram observar o que prevê o Decreto nº 6.932/2009, que trata da simplificação do atendimento público prestado ao cidadão e de outras providências.

Com base na situação hipotética acima e nas diretrizes do Decreto nº 6.932/2009, pode-se afirmar corretamente que:

- I Os órgãos públicos nas relações com o cidadão devem priorizar as formalidades e as exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.
- II Os órgãos públicos devem elaborar uma proposta para a aplicação de soluções tecnológicas que visem à simplificação de processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.
- III Os servidores da Gerência de Comunicação e Protocolo no trato com o público devem utilizar linguagem simples e compreensível, assim utilizando siglas, jargões e estrangeirismos.
- IV Os órgãos públicos devem atuar de maneira integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

Está (ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) Apenas a II e a III.
- (B) Apenas a I e a II.
- (C) Apenas a III.
- (D) Apenas a IV.
- (E) Apenas a II e a IV.

**29** Marcelo tomou posse no cargo de Administrador em uma Universidade Pública, mas antes de iniciar suas atividades profissionais, resolveu analisar atentamente o Código de Ética Profissional do Administrador. Marcelo, ao analisar o código, verificou ser um dever do profissional de Administração:

- (A) estabelecer negociação ou entendimento com a parte adversa de seu cliente, sem sua autorização ou conhecimento.
- (B) apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições, quando as julgar indignas do exercício profissional ou prejudiciais ao cliente, devendo, nesse caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular ao Tribunal Regional de Ética dos Administradores e ao Conselho Regional de Administração.
- (C) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros ou elaborados por leigos alheios à sua orientação, supervisão e fiscalização.
- (D) conservar independência na orientação técnica de serviços e em órgãos que lhe forem confiados.
- (E) recusar-se a exercer a profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho sejam degradantes à sua pessoa, à profissão e à classe.



ADMINISTRADOR

- 30** O Decreto nº 6.932/2009 dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão e estabelece outras providências. A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto, tendo como objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. De acordo com o Decreto nº 6.932/2009, a Carta de Serviços ao Cidadão deverá detalhar os padrões de qualidade no atendimento relativos a que aspectos?

Coluna A
AI - Carta de Serviços ao Cidadão

Coluna B
BI - procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações.
BII - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
BIII - condições mínimas a não serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere a acessibilidade, limpeza e conforto.
BIV - mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado.

Na coluna A, é indicada a Carta de Serviços ao Cidadão, e na coluna B, os aspectos que devem ser considerados para melhoria do atendimento ao cidadão. Relacione as colunas e assinale a opção correta.

- (A) AI - BI; AI - BII  
(B) AI - BII; AI - BIV  
(C) AI - BI; AI - BIV  
(D) AI - BII; AI - BIII  
(E) AI - BIV; AI - BIII



**31** “Em auditoria efetuada pela CGU em entidade pública federal, foi analisada a contratação de serviços de limpeza para uma área interna com determinada metragem quadrada. Tal metragem fora considerada em duplicidade nos cálculos, o que ocasionou um acréscimo desnecessário ao valor do contrato, emergencial, de R\$ 80 mil. Também foram analisadas as especificações do objeto dessa dispensa concomitante com o termo de referência do pregão eletrônico, aberto à época para a regular contratação dos serviços de limpeza. Na comparação dos documentos, foi constatada uma divergência no total da metragem fornecida para a área interna a ser atendida pelo serviço, a qual influenciou no cálculo da proposta apresentada para a contratação emergencial. O chefe do setor responsável elaborou termo de referência com falhas na especificação da área interna e permitiu a realização de serviços não previstos no contrato”.

(Trecho extraído da publicação “**Licitações e contratos administrativos**” da Controladoria Geral da União. p. 21).

Considerando a situação relatada na publicação sobre Licitações e Contratos Administrativos da Controladoria Geral da União (CGU) e a temática “Projeto Básico” apresentado na Lei nº 8.666/93, é adequado afirmar que:

- I o correto planejamento das aquisições, com a elaboração adequada dos projetos básicos/termos de referência, aumenta as chances de ocorrências de irregularidades, sendo o caso apresentado pelo CGU.
- II o artigo 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993, diz que o projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- III o projeto básico/ termo de referência mal elaborado, causa prejuízo à Administração Pública, que poderia ter sido evitado, caso o chefe do setor tivesse mais cuidado e zelo na sua elaboração.
- IV o projeto básico deve conter o orçamento detalhado do custo parcial da obra, fundamentado em qualitativos de serviços e fornecimentos propriamente realizados.

São corretas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

**32** “Ao analisar contrato firmado por entidade pública com empresa especializada em combate a incêndio, a CGU verificou a ocorrência de contratação direta indevida, com utilização de inexigibilidade de licitação, sob a alegação de fornecedor exclusivo. No caso em tela, a documentação apresentada pela contratada não era hábil para comprovar a sua exclusividade como prestadora de tais serviços, sendo constatada, portanto, fuga do processo licitatório em virtude da contratação por inexigibilidade de licitação”.

(Trecho extraído da publicação “**Licitações e contratos administrativos**” da Controladoria Geral da União. p. 44).

O caso apresentado pela Controladoria Geral da União (CGU) trata de inexigibilidade de licitação prevista na Lei nº 8.666/93, então, assinale a única alternativa correta:

- (A) A inexigibilidade de licitação verifica-se sempre quando não houver impossibilidade jurídica de competição.
- (B) É inexigível a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, sendo permitida a indicação de marca.
- (C) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) É possível a inexigibilidade para os serviços de publicidade e divulgação.
- (E) Para que ocorra a inexigibilidade, é necessário que o serviço possua natureza singular, isto é, não seja diferenciado em relação aos serviços de mesma natureza prestados por outros profissionais do ramo, e eventualmente, seja prestado por profissional ou empresa de notória especialização.



**33** O Decreto nº 7.746/2012 estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e outras providências. Um determinado servidor que atua na área de contratos e compras precisa conhecer os objetivos do Decreto nº 7.746/2012. Sobre o artigo 16 do Decreto que trata do Plano de Gestão de Logística Sustentável, assinale a alternativa correta:

- (A) O Plano de Gestão de Logística Sustentável é responsável pela expedição de normas complementares sobre critérios e práticas de sustentabilidade.
- (B) A responsabilidade de proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental é do Plano de Gestão de Logística Sustentável.
- (C) O Plano de Gestão de Logística Sustentável deverá prever a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição.
- (D) O artigo 16 estabelece que no Plano de Gestão de Logística Sustentável conste que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.
- (E) O órgão público que elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável deve providenciar a aquisição de certificação nacional e internacional de boas práticas de sustentabilidade, caso contrário, será multado pelo Tribunal de Contas da União.

**34** “O Senado Federal criou o Programa Senado Verde para juntar forças e fazer um intercâmbio sobre as iniciativas de gestão ambiental adotadas ao longo dos anos por diversos setores da Casa. Com o apoio da Mesa Diretora, o objetivo é buscar soluções para amenizar o impacto sobre o meio ambiente e reafirmar o compromisso do Senado com o desenvolvimento sustentável, além de poupar dinheiro e servir de modelo para outros órgãos públicos. Dentre as medidas já adotadas, destacam-se: o uso de novas tecnologias para economizar água, luz e energia; a digitalização da ordem do dia eletrônica; a coleta seletiva do lixo; o uso do biodiesel e a manutenção permanente da frota de veículos do Senado; a transformação do lixo orgânico em adubo; e os programas e dicas sobre ecologia nos veículos de comunicação da Casa”.

(Trecho extraído da publicação “**Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal**” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. p. 54).

Considerando a análise da situação acima relatada e o que dispõe o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal sobre os princípios das compras e contratações públicas, pode-se afirmar corretamente que:

- I O Senado Federal poderia adotar padrões de sustentabilidade nas edificações do órgão.
- II A racionalização de procedimentos com uso de tecnologia da informação deveria ser adotada por todas as organizações públicas federais.
- III As compras públicas sustentáveis devem seguir procedimentos de contratação e aquisição claros, objetivos e devidamente justificativos.
- IV As autoridades públicas, quando aprovado em regimento e ato público, devem garantir a seus cidadãos a eficiência apenas nas despesas de recursos de pessoal.
- V É um exemplo de racionalização de procedimentos que poderia ser adotado pelo Senado Federal, a distribuição de manuais, cartilhas e processos administrativos impressos.

As afirmativas corretas são:

- (A) Apenas a I e a IV.
- (B) Apenas a II e a V.
- (C) Apenas a II, IV e V.
- (D) Apenas a I, II e III.
- (E) Apenas a IV e V.



35



Figura 1 - Ciclo de Vida do Projeto. FONTE: CLEMENTE, 2008, p. 290

Considerando o tema “Gestão de Projetos e as suas fases” e a análise da figura sobre o ciclo de vida do projeto, indique a opção que completa corretamente a frase a seguir.

A fase de planejamento trata da \_\_\_\_\_ dos \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, do desenho de \_\_\_\_\_, da previsão de \_\_\_\_\_ e do estabelecimento do \_\_\_\_\_ a ser desenvolvido.

- (A) efetivação/ resultados/ metas/ objetivos/ custos/ projeto.
- (B) implantação/ resultados/ metas/ instrumentos/ cronograma/ projeto.
- (C) elaboração/ objetivos/ metas/ processos/ recursos/ cronograma.
- (D) criação/ projetos/ objetivos/ estratégias/ recursos/ programa.
- (E) consolidação/ projetos/ metas/ estratégias/ soluções/ programa.

**36** Márcia, gerente de projetos, atualmente desenvolve suas atividades profissionais em uma organização pública. Desde janeiro de 2013, a servidora é responsável pelo projeto “**Melhoria do Atendimento ao Cidadão**”, que tem como objetivo promover ações de melhoria do atendimento prestado pelos setores da organização em que ela trabalha. De acordo com Neto e Dinsmore (2004, p. 1), os autores escolhidos por Márcia para a elaboração do referencial teórico do projeto, “*um projeto é um esforço temporário realizado para criar um produto ou serviço único, diferente, de alguma maneira, de todos os outros produtos e serviços, com início e fim definidos, que utiliza recursos, é dirigido por pessoas e obedece a parâmetros de custo, tempo e qualidade*”.

A servidora vem detectando problemas na fase de controle do projeto. Considerando a temática “Gestão de Projetos e a sua fase de controle”, assinale a alternativa correta que apresenta os tipos de atividades importantes para que Márcia possa garantir um controle adequado do projeto.

- (A) análise da memória do projeto; avaliação do processo de gerenciamento do projeto; negociação de recursos; treinamento dos usuários do produto; realocação da equipe para outras atividades.
- (B) monitoramento do progresso dos trabalhos em andamento; análise dos desvios e distorções que ocorreram; criação de alternativas de solução para tais desvios e distorções; realização de ações corretivas para a fixação dos problemas; re-planejamento do projeto, quando necessário.
- (C) identificação dos elementos críticos; fixação de responsabilidades; desenvolvimento do orçamento do projeto; conhecimento das tecnologias envolvidas no projeto.
- (D) montagem de equipes multidisciplinares; avaliação de riscos; negociação de recursos; planejamento da força de trabalho.
- (E) medição de etapas; tratamento de conflitos; estabelecimento e tratamento dos controles; negociação de recursos; treinamento de equipes.



**37** “De acordo com a Lei nº 4.320/64, toda despesa efetuada na Administração Pública, de qualquer dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deve considerar os três estágios: empenho, liquidação e pagamento”.

(Trecho extraído da publicação “**Olho Vivo no Dinheiro Público**” da Controladoria Geral da União. 2010. p. 21).

Conforme previsto na Lei nº 4.320/64 sobre empenho, liquidação e pagamento, assinale a alternativa correta:

- (A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
- (C) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios.
- (D) O pagamento da despesa é efetuado antes da sua regular liquidação.
- (E) A ordem de pagamento não pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

**38** A Lei complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e outras providências. De acordo com a Lei nº 101/2000, assinale a alternativa correta sobre “receita e despesa pública”:

- (A) Para a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo não é necessária a comprovação de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (B) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- (C) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a organização, criação e efetivo pagamento dos tributos da competência constitucional do ente dos Estados e Municípios.
- (D) As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Legislativo, em metas anuais de arrecadação.
- (E) A despesa semestral com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência às dos nove imediatamente anteriores, adotando-se o regime de desempenho.

**39** A Lei nº 4.320/64 estabelece as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando o artigo 2º da Lei nº 4.320/64, assinale a opção que completa corretamente a frase a seguir.

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ de forma a evidenciar a política \_\_\_\_\_ financeira e o \_\_\_\_\_ de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

- (A) contabilidade/ créditos/ social/ projeto/ impessoalidade/ eficiência/ legalidade.
- (B) receita/ tributos/ contábil/ plano/ eficiência/ unidade/ finalidade.
- (C) arrecadação/ despesa/ orçamentária/ programa/ razoabilidade/ universalidade/ legalidade.
- (D) receita/ contabilidade/ governamental/ plano/ unidade/ eficiência/ anualidade.
- (E) receita/ despesa/ econômica/ programa/ unidade/ universalidade/ anualidade.



**40** “O *Balanced Scorecard* (BSC) foi desenvolvido por Kaplan e Norton, sendo considerado um instrumento gerencial que procura avaliar resultados a partir da mensuração de ativos tangíveis e intangíveis de uma empresa, como produtos e serviços de qualidade, funcionários competentes e motivados, processos eficientes e clientes satisfeitos. O instrumento BSC traduz a missão, a visão e a estratégia organizacionais em objetivos, ações e medidas - de curto, médio e longo prazos - organizados segundo quatro diferentes dimensões (perspectivas) de desempenho: financeira; clientes; processos internos; aprendizado e crescimento”.

(Trecho adaptado da publicação “**Gestão de desempenho por competências**: integrando a gestão por competências, o *balanced scorecard* e a avaliação 360 graus”. BRANDÃO *et al*, 2008. p. 881).

Tendo como base a análise do texto acima e a temática “As Dimensões do *Balanced Scorecard*”, pode-se afirmar corretamente:

- I A dimensão “Clientes” traduz a missão e a estratégia da empresa em objetivos específicos para segmentos focalizados que podem ser comunicados a toda a organização.
- II Para a dimensão do BSC “Aprendizado e Crescimento” o foco é na identificação dos pontos mais críticos e nos objetivos dos clientes.
- III A dimensão “Processos Internos” orienta o aperfeiçoamento de processos críticos em que a organização precisa de excelência.

Está (ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) Apenas a I e a III.
- (B) Apenas a I e a II.
- (C) Apenas a II e a III.
- (D) Apenas a III.
- (E) Apenas a I.

**41** O Decreto nº 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de outras providências. No artigo 16 do Decreto, apresentam-se os elementos que devem conter no Plano de Desenvolvimento Institucional. Sobre esse artigo, assinale a alternativa correta:

- (A) O perfil do corpo docente é um elemento desnecessário para o plano de desenvolvimento institucional.
- (B) O demonstrativo de capacidade e sustentabilidade não é um elemento apresentado no artigo 16 do Decreto nº 5.773/2006.
- (C) A identificação das formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos, ou seja, a organização administrativa da instituição é um elemento importante e deve conter no plano de desenvolvimento institucional.
- (D) O plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário não é um elemento que consta no artigo 16 do Decreto nº 5.773/2006.
- (E) É necessário constar no plano de desenvolvimento institucional o comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



ADMINISTRADOR

**42** Eduardo é servidor de uma determinada Universidade Pública, sendo ocupante do cargo de Administrador. O servidor atualmente desenvolve suas atividades na Coordenadoria de Planejamento e Gestão, tendo como responsabilidade a elaboração do planejamento estratégico utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC). Antes de iniciar a elaboração da proposta de planejamento estratégico, Eduardo precisa conhecer os benefícios do BSC:

**“O BSC é uma ferramenta organizacional que está sendo utilizada cada vez mais em instituições de ensino superior, pois tem se mostrado eficaz no auxílio da elaboração do planejamento estratégico e controle dos processos organizacionais”.**

(Trecho extraído da publicação **“Proposição do *Balanced Scorecard* para suporte à Gestão Estratégica de uma Instituição de Ensino Público”**. HEINZEIN; STREICH, 2013. p. 4)

Assinale a alternativa abaixo que expressa corretamente os benefícios da metodologia *Balanced Scorecard* para as organizações públicas.

- (A) desenvolvimento de uma cultura pouco empreendedora na gestão pública.
- (B) proporciona a tradução da estratégia das organizações públicas em objetivos gerais mensuráveis, mas apenas os de curto prazo.
- (C) a cultura de aprendizagem e melhoria contínua não é desenvolvida na metodologia do *balanced scorecard*.
- (D) facilita a comunicação dos objetivos estratégicos das organizações públicas que utilizam o *balanced scorecard*.
- (E) O *balanced scorecard* é um instrumento rígido e considera o planejamento estratégico uma estrutura imutável a ser testada e monitorada continuamente.

**43** “O mapa estratégico contém objetivos, metas e ações, interligados por uma relação de causa e efeito ao longo do tempo, distribuídos em quatro dimensões de gestão: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento”.

(Trecho extraído do livro **“Balanced Scorecard: conceitos e guia de implementação”** de Ana Paula Paulino da Costa. 1ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2008, p. 11)

Após análise do texto acima e no que tange ao tema “Mapa Estratégico”, selecione a opção que completa corretamente a frase a seguir.

O mapa estratégico tem como...

- (A) finalidade codificar os complexos sistemas de escolha frente aos quais os gestores de todos os níveis são expostos mensalmente.
- (B) necessidade codificar os básicos processos de resolução frente aos quais os gestores de alto nível são expostos diariamente.
- (C) necessidade decodificar os complexos sistemas de escolha frente aos quais os gestores de nível médio são expostos mensalmente.
- (D) finalidade decodificar os complexos processos de escolha frente aos quais os gestores de todos os níveis são expostos diariamente.
- (E) finalidade decodificar os complexos processos de resolução frente aos quais os gestores intermediários são expostos anualmente.



ADMINISTRADOR

**44** Considerando as etapas do planejamento estratégico “indicadores e metas estratégicas”, assinale como verdadeira (V) ou falsa (F) os itens a seguir.

- ( ) Os indicadores têm o propósito de testar o progresso da organização em direção aos objetivos estratégicos.
- ( ) Os gestores devem selecionar um número ilimitado de indicadores críticos dentro de cada uma das quatro perspectivas, sendo uma forma de evitar o foco na visão estratégica.
- ( ) Para garantir o gerenciamento do indicador e o alcance do objetivo, são definidas metas que comunicam o nível de desempenho pretendido (valor) para um determinado período de tempo.
- ( ) Indicadores mostram aos indivíduos como é difícil a execução dos objetivos estratégicos da organização.
- ( ) Uma meta estratégica pressupõe comunicar um desafio futuro que promova um salto futuro que promova um salto no desempenho de um indicador.

Marque a sequência correta.

- (A) V, V, F, V, V
- (B) V, V, V, V, F
- (C) V, F, F, F, V
- (D) F, V, F, F, V
- (E) V, F, V, F, V

**45** Jorge é servidor público federal, sendo ocupante do cargo de Administrador. A sua função é de Diretor da área de gestão de pessoas de uma Universidade Pública. Em uma reunião de planejamento estratégico, Jorge ficou responsável pela implantação da gestão de desempenho de aproximadamente 3.000 (três mil) servidores. De acordo com a literatura, atualmente a tendência na gestão de pessoas é adotar sistemas de gerenciamento do desempenho que sejam orientados a resultados, participativos e evolucionários.

O desafio foi apresentado para Jorge, mas ele precisa conhecer mais sobre a temática “gestão de desempenho” nas organizações públicas. Assim, considera-se correto afirmar que:

- I a gestão de desempenho não tem o objetivo de identificar os pontos fortes e fracos do desempenho individual do servidor.
- II é responsável em atuar de maneira integrada com a área de capacitação, com o objetivo de propor ações de capacitação e desenvolvimento para os servidores.
- III atua apenas na identificação dos servidores com excelente desempenho.
- IV o gestor e o servidor devem estabelecer prioridades e determinar metas e objetivos.
- V a gestão de desempenho demanda que o gestor elabore um plano de desempenho formal para cada servidor.

Está correto o que se afirma **apenas** em:

- (A) I, III, IV,
- (B) I, IV, V
- (C) I, II, III,
- (D) II, IV, V,
- (E) II, III, V



ADMINISTRADOR

**46** Maria é Analista de Gestão de Pessoas de uma organização pública federal. Suas principais atividades no órgão são: diagnóstico das necessidades de capacitação e desenvolvimento, planejamento e execução. A servidora utiliza o Decreto nº 5.707/2006 como a legislação orientadora do seu trabalho. De acordo com o que prevê o Decreto, uma das suas finalidades é: “*melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão*”.

A servidora anualmente elabora em conjunto com os setores do órgão, o Plano Anual de Capacitação, que contempla as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores.

Que diretrizes são observadas no Decreto nº 5.707/2006 e que devem ser utilizadas por Maria?

- I Oferecer oportunidades de qualificação aos servidores cedidos e aposentados.
- II Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.
- III Organizar anualmente processos de seleção às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
- IV Avaliar, a cada dois anos, os resultados das ações de capacitação.
- V Priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

As afirmativas corretas são:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e V.
- (E) III e V.

**47** Silvana recentemente assumiu o cargo de Analista de Gestão de Pessoas na Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida de uma determinada organização pública federal, sendo designada para responder pelas seguintes atribuições: planejamento, execução e avaliação das ações de saúde e segurança no trabalho. A Coordenadora do setor de Saúde e Qualidade de Vida recomendou a Silvana que analise com atenção o Decreto nº 6.833/2009, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e outras providências.

Assinale a alternativa correta sobre a análise que Silvana deve fazer do Decreto nº 6.833/2009:

- (A) O Decreto nº 6.833/2009 institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.
- (B) A força de trabalho do SIASS será formada exclusivamente por servidores estaduais, municipais e federais, ficando vedadas a terceirização de mão-de-obra e a contratação de pessoal por tempo determinado.
- (C) O SIASS visa a aprovar regras e procedimentos para a publicação das informações pessoais sobre a saúde dos servidores.
- (D) O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.
- (E) De acordo com o Decreto nº 6.833/2009 é considerada assistência à saúde, a ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais.



ADMINISTRADOR

**48** Fernando é servidor recém-lotado na Coordenadoria de Gestão de Carreira de uma Universidade Pública Federal. O servidor, atualmente, precisa desenvolver uma ação que vise a aplicação de métodos e instrumentos de gestão e avaliação de desempenho, acompanhamento funcional e desenvolvimento de carreira. A legislação que trata da carreira de Fernando é a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Antes de iniciar o seu trabalho, Fernando precisa conhecer detalhadamente os princípios, diretrizes e conceitos constantes na Lei nº 11.091/2005. Nas frases descritas a seguir, indique C para certo e E para errado a respeito da temática “princípios e diretrizes” da gestão dos cargos do Plano de Carreira e conceitos previstos na Lei nº 11.091/2005.

- ( ) A avaliação do desempenho funcional dos servidores é um processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos e subjetivos decorrentes das metas individuais, referenciada no caráter geral do trabalho.
- ( ) A investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público.
- ( ) O nível de capacitação é a posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação.
- ( ) A garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal.
- ( ) Ambiente organizacional é a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.

A sequência correta é:

- (A) C, C, C, E, E.
- (B) C, E, C, C, C.
- (C) E, C, E, C, E.
- (D) E, E, C, C, C.
- (E) E, C, E, C, C.

**49** Eduarda é servidora efetiva de uma organização pública. A servidora é especialista em gestão de pessoas com formação em Administração. No semestre passado, Eduarda foi facilitadora da Oficina de Desenvolvimento de Equipes promovida pela área de capacitação do órgão. O aproveitamento dos servidores internos como facilitadores de ações de capacitação é uma prática muito comum, pois tem o objetivo de promover a valorização dos servidores. Ela recebeu a gratificação por encargo de curso ou concurso, que é prevista na Lei nº 8.112/90.

Considerando o art. 76 - A da Lei nº 8.112/90 que trata de gratificação por encargo de curso ou concurso, assinale a alternativa correta:

- (A) o servidor que participa eventualmente de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos não pode receber a gratificação.
- (B) a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais.
- (C) a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso se incorpora ao vencimento ou salário do servidor.
- (D) o valor da gratificação será calculado em dias úteis, observadas a natureza complexa da atividade exercida.
- (E) a gratificação é devida quando o servidor realizar treinamento em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais.

**50** A Lei nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Sobre “Posse e Exercício”, assinale a alternativa correta:

- (A) No ato da posse, o servidor apresentará apenas, quando necessário, a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- (B) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes.
- (C) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- (D) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- (E) A promoção interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.